

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 04/Jul



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3001- Ano 2023



CNTV se reúne com Secretaria de Acesso à Justiça para tratar de assuntos relevantes a categoria



A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV participou nesta quinta-feira (29) de audiência com o Secretário de Acesso à Justiça (Saju), Marivaldo Pereira. O objetivo desta reunião foi solicitar apoio para várias demandas dos trabalhadores vigilantes, especialmente quanto à aprovação do Estatuto da Segurança Privada, já que o Secretário foi titular da Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL, do Ministério da Justiça – MJ, na época dos debates referentes a texto do Projeto e a SAL era a responsável pela implementação da política legislativa do MJ e coordenava e supervisionava a elaboração de decretos, projetos de lei e outros atos normativos de interesse do Ministério da Justiça e também acompanhava a tramitação de projetos de interesse do MJ no Congresso Nacional.

Conhecedor da categoria e com perfil além de técnico, inclusivo e focado na justiça social, é parceiro importante para o enfrentamento de questões que a

segurança privada deve enfrentar nos dias atuais, dialogando com todas as esferas da sociedade.

A Secretaria de Acesso à Justiça é responsável por promover políticas públicas para assistir o cidadão brasileiro em questões judiciais e em defesa dos direitos, como por exemplo as diretorias de enfrentamento ao racismo institucional e de redução de violência.

Estiveram presentes nesta audiência o Secretário de Acesso à Justiça (Saju), Marivaldo Pereira e seu chefe de gabinete, Ferreira, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, José Boaventura Santos, Paulo Quadros, diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV e Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal – SINDESV DF e Dr. Jonas Duarte, assessor jurídico da CNTV e do SINDESV DF.

FONTE: CNTV

Calote nunca mais! Deputado apresenta projeto para proteger trabalhadores contra empresas caloteiras



Levante a mão o trabalhador terceirizado nunca levou calote de uma empresa e teve que recorrer à justiça.

A realidade dos trabalhadores terceirizados, incluindo os vigilantes, infelizmente é essa: empresas fecham as portas de uma hora para outra e deixam de nos pagar os direitos mais básicos.

Pensando nisso o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT) protocolou nesta sexta-feira, 28/04, na Alesp, o Projeto de Lei Anticalote.

A proposta já é uma realidade em outros Estados, mas em São Paulo nunca havia sido apresentada porque não tinha um deputado comprometido com os trabalhadores terceirizados.

O PL Lei Anticalote – que era uma bandeira de campanha do parlamentar – passará por uma Audiência Pública no dia 06/07 antes de seguir para apreciação dos deputados.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri e diretor da CNTV, Amaro Pereira – que sempre defendeu a ideia de uma lei anticalote – lembra que precisamos lotar a Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 06/07 para

fortalecer a proposta.

“Caso seja aprovada a Lei Anticalote protegerá não apenas os trabalhadores, mas também os órgãos públicos de empresas que não honram seus compromissos”, explica.

“Por isso, no dia 06/07, vamos lotar a Alesp. Precisamos reverter esse cenário tão ruim para vigilantes e outros trabalhadores terceirizados”, finaliza.

1º SESVESP- SIND. EMPRESAS DAS DE SEGURANÇA PRIVADA, ELETROÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO DE SP, PRESIDENTE: FLÁVIO SANDRINI

2º SIND. VIGILANTES DE BARUERI-SP, PRESIDENTE: AMARO PEREIRA DA SILVA FILHO

3º CNTV- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, PRESIDENTE: JOSÉ BOAVENTURA DOS SANTOS

4º FEMACO- FED. EMPREGADOS DE ASSEIO DE SP, PRESIDENTE: ROBERTO SANTIAGO

5º SINDILIMPEZA- SIND. TRABALHADORES EM ASSEIO DE CUBATÃO, PRAIA GRANDE E SÃO VICENTE.

PRESIDENTA: PALOMA DOS SANTOS

Fonte: CNTV

CNTV participa de Encontro Regional da UNE Américas realizado na Argentina



Com A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) representada por seu diretor, Amaro Pereira, participa nesta segunda-feira, 3, e terça-feira, 4, da reunião do Comitê Diretivo Regional da UNE Américas, que está sendo realizado na cidade de Buenos Aires, Argentina.

O encontro acontece na sede do Sindicato de Obreiros de Maestranza (SOM-RA). Entre os assuntos tratados estavam o Dia Internacional da Justiça, celebrado no dia 15 de junho, e a situação que os trabalhadores de segurança privada, asseio e conservação estão

atravessando nos países.

Amaro e os outros participantes foram recepcionados pelo dirigente da entidade sindical argentina, Leonardo E. Cardinale, que também é diretor da UNE. Cardinale aproveitou a oportunidade para apresentar o sindicato aos participantes.

O grupo tratou também da organização do Congresso Mundial da UNE – que será realizado ainda este ano na Filadélfia – Estados Unidos, tratou de clima, tecnologia, Inteligência Artificial (IA) e o impacto dessas questões para os trabalhadores.



O Segundo Amaro Pereira, os encontros da UNE são oportunidades importantes para discussão sobre a situação dos trabalhadores e a busca por soluções conjuntas que deem dignidade à esses profissionais. “As dificuldades que os trabalhadores enfrentam em um país são as mesmas vividas por trabalhadores de outros países”, destaca.

“O salário normalmente é baixo, o ambiente de trabalho é precário, os direitos trabalhistas.

são negados e falta respeito”, continua. Ainda segundo Amaro, a maioria das empresas de segurança, limpeza e asseio são transnacionais, ou seja, de capital estrangeiro. “Por isso o “modus operandis” é o mesmo e a discussão por parte dos trabalhadores também precisa ser unificada”, finaliza.

FONTE: SIND. VIG. BARUERI - SP



Acordo entre MPT e Ipanema garante a contratação de jovens aprendizes



Conciliação foi celebrada no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas

O juiz João Otávio Fidanza Frota homologou o Acordo firmado entre o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), representado pelo procurador Eduardo Trajano Cesar dos Santos, e a Ipanema Segurança Ltda., que se comprometeu a incluir no seu quadro de empregados quantidade de aprendizes equivalente a cinco por cento de seus trabalhadores cujas funções demandem formação profissional – incluída a função de vigilante.

A contratação de jovens aprendizes será realizada de forma gradual, sendo 20% da cota a cada semestre a contar de 27 de junho de 2023. Ao final de cada semestre, a Ipanema deve prestar contas do

cumprimento da obrigação.

“Efetivamente, o cumprimento da obrigação em questão se reveste de extrema relevância social, já que tem como escopo estimular a profissionalização e o ingresso de jovens no mercado formal de trabalho”, explica o procurador Eduardo Trajano dos Santos.

A empresa também deve efetuar indenização de R\$ 100 mil a título de danos morais coletivos, que será revertida a entidades de interesse social.

O juiz João Otávio Fidanza Frota retornou os autos à 10ª Vara do Trabalho.

Proc. 0001629-82.2017.5.10.0010

FONTE: MPDFT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF